

REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DA OIDA

Data: 26/06/2025 (10 às 12hs)

Local: Prédio da Prefeitura SP – Sala de Imprensa – 6º Andar

Grupo: Comitê Executivo OIDA

Pauta:

10h00 – 10h10 (10 minutos)	1. Início – Luciana - informar sobre a gravação e realizar chamada dos presentes
10h10 - 10h40 (30 minutos)	2. PAUTA 1: Atualizações sobre a OIDA com o Coronel Washington Pestana a) Desfazimento de portões, palavras da Eng Isabel Camargo b) Pedidos do MP, sua urgência (PAP) e importância c) Novo Mapa do Não, palavras da Eng Fabiana Gonçalves d) Parcerias com as concessionárias
10h40 – 11h00 (20 minutos)	3. PAUTA 2: “Tendo em vista sua aposentadoria, contará suas experiências vividas na OIDA” – com o Comandante Pedro Alessander Barboza
11h00 – 11h20 (20 minutos)	5. PAUTA 3: “Sobre aplicação e cobranças do CREA, em especial nos casos de operação da OIDA” – com Rubens Roque de Moraes
11h20 - 11h40 (10 minutos)	6. Espaço para perguntas
11h40 – 12h00 (20 minutos)	7. Sugestões de pautas; 8. Encerramento

CONVIDADOS:

SECLIMA – Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

- Renato Nalini
- Luciana Feldman
- Washington Pestana
- Fabiana Bastos
- Isabel Camargo
- Izabel Klug
- Claudemir Canesso
- Virgílio de SantAnna Neto
- **PMAMB – Polícia Militar Ambiental**
 - Comandante Alessander Barboza
 - Tenente Aguiar
 - Major Hirano
- **SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras**
 - Claudenice Barbosa
 - Erico Casagrande
 - Almir Mendes
 - Tatiana Robles
 - Lilian Molin
 - Carlos Virgulino – Sub Cidade Ademar
 - Rogerio Oliveira – Sub Cidade Ademar

- Joelma Alves Pinheiro – Sub M´Boi Mirim
- Flávia Aparecida da Silva – Sub M´Boi Mirim
- Thays Cristina de Souza – Sub M´Boi Mirim
- Hugo Santana – Sub Jaçanã/Tremembé
- Jonas Casemiro da Silva – Sub Jaçana/Tremembé
- Rogerio Alves – Sub Jaçana/Tremembé
- Ricardo José Alves – Sub Casa Verde
- Antônio Luciano – Sub Parelheiros
- Jaira Machado – Sub Parelheiros
- Marco Antonio Furchi – Sub Parelheiros
- **SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana**
 - José Reinaldo Brigido
 - Celso Abreu
 - Inspetor Jocemar Candido
 - Ramilson de Andrade Borges
- **SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**
 - João Megale
 - Paula Regina Santos
- **SEMIL – Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.**
 - Erica Patricia da Silva
 - Leonardo de Oliveira Rocha
- **CETESB – Companhia Ambiental do Estado de SP**
 - Gilson Gonçalves Guimarães
- **CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**
 - Rubens Roque de Moraes
 - Jose Paulo Garcia
 - Luciano Feijó de Barros
- **CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis**
 - Claudio Pereira dos Santos
 - Clovis Costa de Oliveira
 - Eliseu Lima
 - Mauro Ferraris
- **SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**
 - Carlos Ailton dos Santos
- **EDEL**
 - Priscila Sebastião
- **EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia**
 - Mauro Fagundes
 - Diego Frederico
- **SEPM – Secretaria Executiva do Programa Mananciais**
 - Maria Teresa Fedeli

REUNIÃO:

Luciana Feldman - SECLIMA: Iniciou a reunião do Grupo Executivo da OIDA, agradeceu a presença de todos, apresentou o Secretário Renato Nalini – Secretário Executivo de Mudanças Climáticas; Tatiana Robles – Secretária Adjunta de Subprefeituras; Maria Teresa Fedeli – Secretária Executiva de Mananciais, o Comandante Pedro Alexander Barbosa – Polícia Militar Ambiental; Coronel Washington – Coordenador da OIDA e a própria Luciana Feldman - Chefe de Gabinete – SECLIMA. Disse que passaria a palavra para o Secretário Renato Nalini, para as considerações iniciais, e avisou que posteriormente seria feita a chamada por ainda ter pessoas chegando. Anunciou que a reunião estava sendo gravada.

Secretário Renato Nalini: Disse bom dia a todos, agradeceu a presença, afirmou que a OIDA é a atribuição mais importante da SECLIMA, porque é aquela que tem operações concretas. Informou que há muita dissertação, há muita teoria, muita doutrina, muito discurso, muito achismo, na questão das emergências climáticas. Mas há o plano da concretização das medidas que estão a nosso cargo para evitar o caos, evitar catástrofe total são raras né, e ainda existe muito negacionismo, muita omissão, muita inércia muito comodismo. Completou dizendo ser muito bom ver que uma reunião da OIDA está bem prestigiada e que estamos caminhando rapidamente para fazer com que a cidade pense a respeito do maior problema que aflige São Paulo, que é a não remota possibilidade de a população ficar sem água, para beber. Então, como secretário, está tomando as providências que estão ao seu alcance, comovendo o ministério público, já trouxe o GAECO todo aqui para uma reunião, e Dr. Fabio Bechara vai assumir com muita galhardia, coragem, o combate que a gente tem de fazer em relação as alegações, as presunções de que são sociedades criminosas que estão acabando com a região dos mananciais. O Instituto de Engenharia fará um grande encontro com especialistas, e vai aprimorar o relatório que já entregou para a secretaria quando este secretário assumiu, no qual o Instituto declarou que a represa perdeu 5m de profundidade e que a água está toda contaminada com coliformes fecais, com cocaína, com resíduos fármacos e com o microplásticos. E a Secretaria esteve atuando da mesma forma com a Câmara Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ou seja, já que tem de fazer com que toda a população saiba o perigo que está correndo. E as poucas reações que existem ali, no plano concreto, a não ser as operações da OIDA, que são corajosas, destemidas, mas enfrentam as vezes resistências até dentro de casa. O secretário disse saber que a presença da Secretária Maria Teresa é muito importante porque ela tem essa incumbência de uma responsabilidade imensa. Houve a posse do Comitê Hídrico, que é mais um elemento para pensar em favor da água, e Renato Nalini disse não cansar de repetir que nós podemos viver sem petróleo, mas não podemos viver sem água. Garantiu ser esse um grande problema que nós devemos levar bastante a sério, cada um fazer aquilo que for possível, para que amanhã não surja um caos por falta d'água e digam que ninguém avisou. Disse que o grupo de trabalho está avisando. Estão trabalhando, estão fazendo sua parte, mas precisam de escala, precisam de maior intensidade e maior consciência. E, portanto, é muito importante ter todas essas pessoas presentes, que também são propagadores, cada um deve se considerar chamado a atuar no momento histórico que estamos vivendo e alertar aqueles que não estão prestando atenção. Então é muito bom que a cada reunião tenhamos mais gente e se Deus permitir vamos comover a cidade inteira para que isso seja levado a sério e com a intensidade que a complexidade do problema requer.

Luciana Feldman – SECLIMA: Agradeceu o secretário. Disse que faria a chamada, mas antes perguntou a mesa se poderia deixar as considerações deles para o final (Concordaram). Fez a conferência de chamada. Questionou se havia mais alguém, anotou. Agradeceu novamente a presença de todos e passou a palavra para o Coronel Washington Pestana para atualizações sobre a OIDA.

Coronel Washington - SECLIMA: Agradeceu a presença de todos, reforçou a fala do Secretário que disse não ser um trabalho fácil, e refletiu como estaria esse grupo de trabalho sem contar

com a participação dos parceiros, e com a boa vontade destes mesmos. Acrescentou ter convidado primeiramente o Secretário Clodoaldo que é o gestor do contrato da SABESP - para tratar de uma pauta importante – contudo o referido brigou com ele sobre ter a necessidade de se atualizar e contatar a SABESP antes. Coronel Washington, porém, advertiu que o Secretário Clodoaldo já agendou uma reunião em que convidou inclusive o Secretário Renato Nalini, que ocorrerá na próxima semana. Citou ainda que é um período difícil por isso a pauta foi modificada, por ser final de mês, e pessoas como um procurador que viria falar sobre umas teorias - Hermenêutica e outras – da área jurídica, entrou de férias. Mas hoje ele gostaria da participação de todos nessa pauta, envolvendo principalmente a Isabel Camargo que falaria dos portões, com sua consideração em sequência e a Fabiana que falaria da temática do “Mapa do Não” que é em conjunto com a SEMIL, que em sequência também terá o comentário do Coronel para ser aberta a palavra a todos. Finalizou frisando a importância do grupo técnico executivo que vota e mantém a OIDA.

Luciana Feldman - SECLIMA: Complementou que no dia anterior foi a posse dos Conselheiros do Comitê de Segurança Hídrica, em que o Secretário Nalini é o Titular pela pasta da SECLIMA, Maria Teresa é a Titular pela pasta de Mananciais, e tantos outros. Então também acontecerão as reuniões nas subprefeituras, Luciana pontuou que não se recordava de todas as datas, mas se lembrava dos dias 01,04, 08, 10 e de Julho. Passou a Palavra para a Secretária Maria Teresa.

Secretária Maria Teresa - Deu bom dia a todos. Afirmou não se recordar das datas prontamente. Mas, teve a missão de marcar com todas as subprefeituras com quem o grupo de trabalho teve reuniões individuais, e que o chefe de gabinete, Jessie James, já havia agendado. A mesma mandou os convites para tais reuniões, em campo, e alguns já aceitaram. Acrescentou que sua equipe já fará uma análise de material que é exatamente para poderem compilar dados, e achou muito importante a pauta de hoje, do novo “Mapa do Não”, afirmou que já sabe que o Coronel Washington estará presente nas reuniões, já que ele aceitou o convite. Mais uma vez, farão uma ação integrada para compor com a questão SABESP e intervenções no território.

Isabel Camargo - SECLIMA: Deu bom dia a todos, e começou sua fala afirmando que esse tema sobre desafios da fiscalização já foi objeto de discussão em reuniões do grupo executivo OIDA, mas pelo falo de a SECLIMA estar recebendo muitos processos e documentos demonstrando que às vezes as fiscalizações não podem ser concluídas por conta de portões fechados, o Coronel Washington pediu que ela abordasse esse assunto novamente. Apontou, a título de exemplo, uma foto na Avenida Professor Herman Von Hering onde o Coronel foi fazer uma vistoria por perto, na busca de uma local adequada para o CISA, e se deparou com esse portão fechado, e uma parte de um muro em meio a vegetação. Outro exemplo que receberam foi da Rua Henrique Hessel também com portão fechado e o muro circundando a propriedade. Apontou que depois mostraria algumas fotos, porque a área foi objeto de OIDA1, e na ocasião o portão e o muro foram derrubados em operação. Isabel definiu que gostaria de mostrar alguns entendimentos por parte da PGM (Procuradoria Geral do Município) e da assessoria jurídica da subprefeitura, que autorizam o ingresso da municipalidade nos loteamentos que estão com muro em volta e com portões fechados. Então, primeiro, a mesma mostrou esse documento da PGM em que o DEMAP ponderou ser possível o ingresso forçado no portão de

acesso geral do loteamento irregular sem prévia autorização judicial. A técnica continuou citando partes do documento: “Mesmo que mediante a rompimento de laque e na hipótese de algumas das moradias já estarem habitadas, pois isso ocorreria pelas vias de acesso que não se confundem com as moradias eventualmente já habitadas e não estariam alcançadas pela garantia de inviolabilidade domiciliar.” O parecer continua mencionando que o parcelamento clandestino caracteriza crime, de modo que não haveria qualquer óbice ao ingresso dos agentes da Municipalidade no interior da área cercada. Isabel chama atenção para o ponto em que o parecer indica que para alguém adentrar o local, a pessoa precisa fazer um relatório explicando o porquê desta ação, qual a importância de o agente romper esse portão para poder efetivamente realizar a fiscalização naquele local. Ainda foi dito que outro entendimento que é da assessoria jurídica da Subprefeitura, também se tratando dessa questão de loteamentos irregulares cerrados por portões ou cadeados, tem um parecer afirmativo de que a assessoria não vislumbra qualquer impedimento da aplicação do referido parecer – que seria evidenciado em seguida - autorizando o acesso forçado no loteamento com rompimento do laque do portão. O parecer mais antigo mencionado garante que o parecer não entende que a garantia de inviolabilidade domiciliar abranja a área objeto de fiscalização, o que autorizaria o ingresso dos agentes públicos no local com a remoção se necessário de tapumes, ou fechaduras de eventual portão que lhes franqueia o acesso. Concluiu dizendo que, portanto, a Administração não só pode como deve ingressar mesmo que sem ordem judicial em áreas fechadas onde se perpetuam o crime de implantação de loteamento em área indevida. Evidenciou a técnica, que sua equipe enviou esse parecer, no ano de 2024, para assessoria jurídica para entender se o entendimento permanecia o mesmo neste ano. E a resposta se manteve positiva, já que a assessoria garante que a área objeto de fiscalização por parcelamento, ainda que cercada, murada ou com outras instalações e medidas impeditivas, é medida de rigor no exercício de poder de polícia Municipal. Fez um adendo referente aos muros, lembrando que segundo o Decreto 52903/2012 a altura do muro não pode ser superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros) em relação ao nível do logradouro e ainda que essa altura possa ser acima se, 50% de sua extensão forem de superfície uniformemente vazada, de forma a possibilitar a visão total do terreno. Isabel esclareceu que não é o que comumente acontece, quando todos os muros encontrados eram de concreto ou madeira, fechados e acima da medida permitida. A técnica mostrou momentos de OIDA 1 e passou a palavra para o Coronel Washington.

Coronel Washington - SECLIMA: Agradeceu e comentou que nenhum muro que encontraram era menor que 2 metros de altura, citou o colega “Canesso” que estava no momento das operações, que possui 1,80 metros de altura, e em comparação, todos os muros encontrados eram maiores que ele. Acrescentou que os invasores montam muro e portão e já tentam a venda do terreno. O mesmo já encontrou aproximadamente 5 anúncios relacionados a essas áreas. E depois, citou um caso que envolvia um portão instalado na Rua Henrique Hessel, afirmou ser muito bonito, e que estava na internet também, porém quem visualiza o anúncio não fica ciente de que tinham sido desmatadas ali cerca de 200 árvores nativa, atrás do portão. Então, questionou se o invasor pode montar um portão e cometer o crime que quiser como se fosse de acordo com o ditado “Terra de ninguém”. Acrescentou que mesmo a inviolabilidade do domicílio não existe no caso de cometimento de crime, já que rua não é

domicílio. Há atualmente uma discussão referente ao período noturno, mas não é caso. O Coronel Washington confirmou, portanto, que está sendo cometido crime, e que órgãos como SEMIL e PGE entendem dessa forma. Washington citou ainda ser uma situação de vergonha a subprefeitura chegar ao local e não ter a permissão de entrar para vistoriar já que o portão está fechado. Nestas situações a GCM tem que pular o muro, ou entrar pelo meio do mato. Continuou incitando a reflexão sobre que terra é essa onde não há poder de polícia nesses casos. E que não há condições de continuar de tal forma. Apontou quanto a problemática de não haver proprietário para responsabilizar, já que é uma área de mananciais e a subprefeitura não vai dar essa autorização, indo de acordo com a Lei nº 9.866, artigo 37, parágrafo 10, sem contar as leis municipais. Entende que a PM ambiental, por ser estadual - e algumas das instituições da OIDA são estaduais - partem daquele princípio de que a divisão do solo, o parcelamento do solo é de atribuição da prefeitura. Mas na OIDA todos estão trabalhando juntos: Estado e município. Deixou aberta a discussão caso alguém tivesse alguma discordância ou questão sobre o tema. Lembrou que o crime de poluição é um entre os de maior pena, e que nestes locais encontram exatamente o esgoto “in natura” sendo jogado no riacho, e nas árvores próximas encontram rolo de papel higiênico para o uso dos invasores. Frisou que essa situação não pode ficar como está.

DRA. Lilian Molin da SMSUB: Considerou que é questão muito mais de instrução de formalização do que exatamente da execução do parecer, inclusive, os subprefeitos precisam fundamentar muito bem, no caso de uma ação do particular para não cair por terra toda a ação que a equipe faz. Acrescentou que realmente, já tem os pareceres da PGM, da SMSUB. Então, é necessário somente ajustar a forma de execução dessas ações.

Coronel Washington – SECLIMA: Disse ser um prazer tê-la na reunião. Falou sobre o protocolo da OIDA, que traz tais definições de execução que ela citou este que fora publicado no dia 15 de maio. Falou ainda da problemática de terem que chamar agentes da Enel, para executarem o corte da energia, nessas invasões. Nesse portão que citou, por exemplo, tinha câmeras, segurança, e energia. O que promove inclusive o risco de o rapaz da retroescavadeira se machucar, na ação. Mas, a equipe tem o protocolo da OIDA, que explica essas funções. Questionou a todos se funcionários da e da GCM entrariam nas invasões com o portão fechado. E concluiu que não. Lembrou que no caso ocorrido na Av. Hessel, tinha até nascente desprotegida, o que para ele é inaceitável.

Secretário Renato Nalini: A subprefeitura precisa colocar os fiscais para acompanhar a operação. Considerou que a foto e a identificação do lugar, que é um lugar de área de mananciais, onde é proibida qualquer ocupação, já é prova suficiente, para em juízo ser mostrado que estão atuando de acordo com a lei.

Sec. Adjunta Tatiana Robles: Direcionou sua fala ao Secretário, ao Coronel, e garantiu que eles podem ter certeza de que todas as subprefeituras e a SMSUB que estavam presentes se interessam em colaborar. Deixou claro que existe uma preocupação dos fiscais de postura e por isso que estão fazendo essas reuniões até internas com as subprefeituras, com o pessoal de mananciais também, para instruir como tudo deve ser feito. A preocupação dos subprefeitos é justamente fazer as ações dentro da lei, dentro do que dizem os pareceres

jurídicos, para justamente não terem problemas, depois não ter questionamento de abuso de autoridade e, de repente, não desfazer todo o trabalho importantíssimo que já está sendo feito.

Coronel Washington - SECLIMA: Mencionou já havia pedido para o secretário o Fabrício Cobra para pensar em uma equipe autônoma, porque já houve operações em que os fiscais diziam estar doentes, ou alegam receio de ser depois vítima de represália do crime organizado que manda na região.

Sec. Adjunta Tatiana Robles: Começou sua fala pedindo ajuda referente a falta de fiscais de postura, frisando que de fato, é um problema real e a preocupava, devido à falta de segurança destes fiscais que, em maioria moram na região, então considera muito complicado. Chamou os militares à reflexão do que isso representa, ainda para um civil, o medo de enfrentar o crime no lugar que ele mora. Afirmou que estão pensando em como organizar, de repente, uma equipe de fiscais centralizados, em SMSUB, para que seja mais bem estruturada a logística para não expor os nossos servidores a nenhum risco.

Coronel Washington - SECLIMA: Pontuou ter recebido a visita dos inspetores da área de Parelheiros, da Zona Sul, e depois que esse portão caiu, o proprietário, que ninguém sabe quem é, visitou o local e ofereceu 120 mil para cada guarda civil metropolitana, e com a negativa, as ameaçou.

Luciana Feldman - SECLIMA: Para seguir com a Pauta chamou pediu que fosse falado a respeito dos pedidos do Ministério Público, de urgência e importância.

Coronel Washington - SECLIMA: Disse que secretário falou desta reunião com o Gaeco e para ele, como servidor público, era importante que o Ministério Público tenha uma visão criminal dos loteamentos clandestinos. Uma visão criminal dos invasores, dos loteadores, não uma visão criminal dos servidores. Já que o crime é do loteador, do invasor. E acontece de abrirem inquérito civil, colocando o nosso prefeito em questionamento, que nem sabe o que está acontecendo nesse sentido, como responsável. E nesses casos são 10, 15 anos respondendo por isso, por improbidade. Lembrou que o M.P requisita. Depois vem a cobrança se não for respondido no prazo. Então quando fazem a operação, detalham, cadastram estatisticamente quem está no local, e é importante termos responsabilidade na resposta para o MP, por que sobra para o subprefeito, para o prefeito, para o Secretário. Disse ainda que para ele, como Coronel responsável ainda não é direcionado processo, somente a cobrança dos bandidos e se não levarmos à sério tais questões, elas nos desgastarão. Por esse motivo houve o seu pedido para que haja uma mudança de visão de que não são servidores. Então a visão criminal não é contra os servidores, e sim contra os invasores, mesmo porque eles não são vulneráveis. De 100, 1 é vulnerável, barracos de madeira raramente a gente vai encontrar. Temos encontrado sempre construções em alvenaria com lajes 100 metros de terreno construído em que não mora ninguém. E temos que chamar o MP para conversarmos e mudarmos a mentalidade deles. Então essa conversa que o Dr. Nalini teve com o GAECO foi muito importante, a ideia é essa: trazê-los para nós, cada vez mais.

Sec. Adjunta Tatiana Robles: pede a palavra e inicia dizendo que sobre essas questões com o ministério público, a gente poderia até de repente conversar com secretaria de governo, ver se eles não podem centralizar as respostas para o MP, porque especialmente nesses casos que temos mais de uma secretaria envolvida, temos diversas subprefeituras, é importante que isso seja mostrado pro MP como problema de governo, não é só um problema de SECLIMA ou de SMSUB, não é só das subprefeituras até por que a gente tem uma interface com o Estado com a PM com outros órgãos. Disse que então achou interessante pensar nisso, que são distribuídos os ofícios entre as secretarias, mas que saísse uma resposta única do governo até para fortalecer essas respostas.

Secretário Renato Nalini: Respondeu à questão lembrando que há muita burocracia interna e que isso dificulta muito. Exemplificou contando um caso sobre uma doação de árvores que o fez ter que reunir quatro procuradores. Contou que passou meio século no sistema judiciário acreditando que o Direito fosse ferramenta para resolver problema, mas que na Prefeitura o Direito complica. Acrescentou que os procuradores pensam cada um de uma forma, e que conversou com a Dra. Luciana a fim de falar da necessidade de colocar racionalidade na Prefeitura, porque há prazos, o MP tem a atribuição institucional de cuidar dos interesses da comunidade e quando o Ministério requisita algo, coloca um prazo para as secretarias. E acrescentou ainda que estão sendo condescendentes em não executar as condenações que lhes cabe mediante ao trânsito julgado, sendo Prefeitura e Estado já condenados por invasões nas áreas de Mananciais. Acrescentou que um dia isso será cobrado e não haverá como dizer que ninguém foi avisado, e que se se atentar a isso é função da procuradoria do Município e do Estado.

Coronel Washington - SECLIMA: O M.P requisita da Delegacia da Polícia Ambiental, ele requisita das subprefeituras, requisita da Secretaria do verde, então a requisição chega para a SECLIMA, mas quando é averiguado há cinco ou seis processos relativos ao mesmo local, portanto o MP está pedindo para todos os setores. Então se fosse permitido ao Ministério Público que adentrassem ao SEI, por que para a OIDA ficar informando a todo o momento a atualização de cada localidade, complica. Teria que haver alguma reunião para tentar agilizar isso, porque são sete ou oito processos e depois a culpa fica para todo mundo.

Sec. Adjunta Tatiana Robles: Complementando o que o Secretário Nalini falou, disse que quando as equipes descentralizam muito, corre o risco de cada secretaria responder algo para o MP e as informações serem contraditórias, ficando, portanto uma defesa completamente falha por parte da Prefeitura, trazendo prejuízos. Assim a PGM deveria ser a condução central

Coronel Washington - SECLIMA: Citou o exemplo da “Burlini”, que foi uma verificação de loteamento congelado a pedido de um juiz. A OIDA fez a operação e, portanto, enviou a resposta do processo informando a condição do local e suas ações como: desfazimento de construções de alicerces e calçadas bem como de alguns postes, sendo cada um dos postes de custo aproximado de 20 mil reais, o que para o Coronel pronunciou dizendo tendo o comovido mediante ao desperdício. Então quando o juiz verificou que o loteamento não estava congelado, enviou ainda novas exigências, que se houvesse uma conversa anterior, já teriam sido feitas na primeira operação.

Sec. Adjunta Tatiana Robles: Afirmou que por este motivo a SMSUB está com essa missão de unir as subprefeituras, SABESP e outros, para unificar os discursos, e que seria muito interessante ter a participação da SECLIMA nessas reuniões. Obviamente não tem esta ação o cunho de criar um grupo executivo paralelo, mas é preciso haver essa união por serem todos da mesma prefeitura. Segunda Cintia tem pessoas que se esquecem do fato das secretarias não terem CNPJ autônomo, todos são parte da prefeitura e todo desta mesa tem essa preocupação.

Luciana Feldman - SECLIMA: Sugeriu ao Coronel Washington que a cada chegada de processo do MP, seja aberto um novo processo da SECLIMA, mas encaminhado para SEGES direcioná-lo para todos órgãos. Porque assim facilita a comunicação, eles encaminhando para todos cobrando os encaminhamentos.

Flávia Aparecida Santos: Saudou a todos em especial ao Secretário Nalini. Disse ter sido importante a fala do Secretário sobre o Direito, e que como advogada concorda que as interpretações são muito diversas. Disse ser este o motivo que deixa os subprefeitos com receio, e dentro dessa temática pediu que entrassem em um dos assuntos mais conversados em SECLIMA, referente aos portões, que cada promotor entende de uma forma: alguns concordam com a abordagem da OIDA em conjunto com outros vão a favor da associação de moradores daquele loteamento. Afirmou já ter conduzido casos em que recebeu notificação do MP direto para a própria subprefeitura e casos em apresentaram liminar e que foram impedidos de mexer na estrutura do loteamento. Concluiu que precisam ter essa segurança, “poder” não é “dever” e quando isso chega para um agente de postura, um servidor, ele não quer decidir por que posteriormente deverá responder por isso, e para tal precisa de segurança jurídica.

Secretário Renato Nalini: O agrave não é só do município, é um problema Brasileiro: excesso de faculdade de Direito com ensino anacrônico, mas o secretário conversou a respeito com o Ministro Benjamin Herman, que é o atual presidente do STJ, e um grande ambientalista que sempre trabalhou na área e o mesmo pediu para o Presidente Nacional de Justiça para criar uma vara da Guarapiranga, para concentrar todas as ações. De início o presidente foi favorável, mas posteriormente considerou que não há tantos processos suficientes para justificar. Então será solicitado que seja dada preferência para uma vara de Santo Amaro para que esta cuide da Guarapiranga. Portanto, com essa concentração de processos será possível eliminar a contrariedade de pensamentos. E estes processos vão para a câmara ambiental, há duas câmaras reservadas ao meio ambiente, e o secretário já participou dessa câmara durante 15 anos e conversou com os desembargadores, e está alertando sobre a gravidade deste problema. Já que São Paulo não está reconhecendo a gravidade, a complexidade, o perigo deste problema. O Sec. Pediu a opinião da Secretária Maria Teresa e passou a palavra.

Secretária Maria Teresa – Afirmou acreditar que precisarão fazer como um mantra repedindo por vezes, e disse ao Coronel Washington que faria um paralelo com a fala dele sobre o que é o enfrentamento no campo, afirmou que o celular dela é como um poço de ameaças pessoais, mas que daria mais detalhes após a apresentação.

Coronel Washington - SECLIMA: Disse que entre os promotores há discordâncias: e que essa hermenêutica tem que ser superada em prol do trabalho.

Luciana Feldman - SECLIMA: Lembrou que por isso foi feito o protocolo para haver um documento com todo esse regramento. Passou a palavra para Fabiana.

Fabiana Bastos - SECLIMA: Saudou a todos e iniciou a apresentação da elaboração do novo “Mapa do Não” referente às áreas prioritárias de atuação da OIDA. Nas gestões anteriores entendiam o “Mapa do Não” como áreas restritas de operação da OIDA, portanto era muito raro ver acontecer nesta época uma operação fora dessa área delimitada. Atualmente, com a nova gestão, há diversas operações que ultrapassam o “Mapa do não”, então a equipe OIDA tem entendido esse mapa como uma área de prioridade, mas tem feito operações, agora também com a Operação Delegada, em regiões de APRM, obviamente, mas que não estão restritas somente a essa região prioritária. Fabiana acrescentou que o referido mapa é muito relevante por ser um guia das áreas que tem maior pressão de expansão de loteamento ativo em áreas de mananciais e que tem vegetação nativa, que são importantes ambientalmente falando. Foi esclarecido que desde 2005, no 1º convênio da OIDA, esse mapa já estava previsto e citando o alto da Cantareira além das subprefeituras do extremo sul, que continuam na atuação da OIDA. O plano de ação anual, último assinado em 2024, o “Mapa do não” ficou restrito as áreas das represas Billings e Guarapiranga, sendo planejado expandir também para a região do Alto Juqueí, que consta como APRM (Área de proteção e recuperação de mananciais do Município). Fabiana mostrou as referidas áreas de APRM, concentradas nas Subprefeituras de M’BOI Mirim, Cidade Ademar, Parelheiros e Capela do Socorro, que concentram a maior parte de vegetação significativa de Mata Atlântica, cujos pontos são 20 de atuação da PM, 14 pontos da SOFIM e 13 da GCM; que tem também o maior número de operações da OIDA. No levantamento visual, Fabiana mostrou que a PM compartilha um Google Drive com a SECLIMA, que mostra os boletins ambientais e termos de vistorias ambientais que são elaborados após cada operação da OIDA. Tais pontos foram plotados em um mapa que discrimina que 58% das operações foram em Parelheiros, 24% Capela do Socorro, 14% em M’BOI Mirim e 13% em Cidade Ademar. Fabiana mostra algumas imagens, dos polígonos atendidos pela OIDA, comparando a tomada de indivíduos arbóreos de 2017 a 2024. Esclareceu que por mais que querem ajudar, existe a barreira da ocupação de habitações, por ser muito difícil a OIDA atuar no desfazimento de casas quando estão habitadas. Citou o condomínio sete praias como exemplo que será avaliado, já o grupo de trabalho avalia quais são as regiões interessantes de serem mantidas nas operações, bem como no “Mapa do não”. Acrescentou que a SEMIL também fez um comparativo no ano anterior (2024) e motivou essa discussão propondo áreas para essa atualização. Lembrou que a equipe técnica atual da SECLIMA considerou essa apresentação fundamental já que não estavam presentes compondo a equipe na elaboração anterior do “Mapa do não” e puderam assim compreender melhor quanto às bases analisadas. Em seguida a técnica Fabiana mostrou um SEI, que fora encaminhado pedindo a indicação de dois membros de cada órgão, para participarem da nova elaboração do “Mapa do não” e deixou espaço para quem quisesse acrescentar pauta a discussão, do referido SEI, que será agendada.

Coronel Washington - SECLIMA: Agradeceu a participação da engenheira Florestal Fabiana Bastos, e quis complementar que quando chegou para trabalhar na SECLIMA, já havia o “Mapa do Não” e ainda um dossiê iniciado pelo secretário anterior, Gilberto Natalini, porém uma das áreas mais devastadas já era observada por essas documentações. Informou que este mapa não pode ser sigiloso, deve ser divulgado – inclusive por placas no local - e haver o cadastramento devido, para que possam acompanhar se haverá novas construções ilegais. Pontuou que a responsabilidade de que a “Área do não” seja inviolada, corresponde respectivamente a comprovar que há competência desta equipe em preservar tal acordo. Acrescentou que ficaria honrado que todos participem do GT do “Mapa do não”.

Fabiana Bastos - SECLIMA: Informou sobre uma ideia que receberam da equipe da SEMIL, de que o “Mapa do não” fosse divulgado pelo GEOSAMPA, a fim de que todos os órgãos possam consultar e respeitar a área, diminuindo qualquer entrave na comunicação.

Coronel Washington - SECLIMA: Lembrou que a SEMIL também acha interessante processarem os responsáveis pelas áreas invadidas, principalmente as pessoas que já moram no local, para que sejam retiradas posteriormente.

Luciana Feldman - SECLIMA: Para a próxima pauta, chamou o Comandante Pedro Alexander Barbosa, para contar sobre suas experiências vividas na OIDA.

Comandante Pedro Alexander Barbosa: Informou que está mudando de função, para atuar no Estado Maior do Comando de Policiamento Ambiental, virá outro Coronel para o primeiro batalhão Ambiental, Major Hirano passa a compor a equipe também. Contou que o Coronel Washington o convidou para comentar um pouco a respeito da vivência em conjunto com a OIDA, GCM, CETESB, equipes do CREA, do CRECI, as subprefeituras que os apoiam – em especial de Parelheiros que estão mais frequentemente. Pontuou que é um crescente aprendizado, considerou bastante interessante do uso ou não da força na questão dos portões, que devem melhorar e atualizar essa situação. Considerou ser muito importante todos saberem da necessidade de entender que as áreas são prioridade e ao mesmo tempo não são elegíveis a serem habitadas, são áreas a serem preservadas - por isso são chamadas de Área de Especial Interesse (APM e APRM). Disse ainda sobre terem que divulgar referente a necessidade da segurança hídrica. Desta forma, o GT precisa tornar esse conteúdo cada vez mais conhecido por todos. E sobre a atualização do “Mapa do Não”, lembrou que no momento em que ele foi criado usou-se uma estratégia que agora precisa ser atualizada, melhorada. Afirmou ser gratificante saber que na pessoa da SECLIMA criarão um grupo de trabalho para estudar essa questão. Então cada vez mais é necessário o apoio de todos os olharem de cada um, de cada região, de cada subprefeitura, de cada órgão. É conveniente, inclusive, que insiram novas áreas no “Mapa do Não” quiçá a região da Cantareira que também tem sua importância, e as áreas já ocupadas tem que ser paralisadas, e nelas chegar a informação da não conformidade do uso do espaço que é clandestino sim. Deixou clara a diferença de loteamentos irregulares, já que para estes que poderão ser regularizados, o que não é o caso. Então alguns termos são realmente necessários, para que estes invasores entendam que é inoportuna sua presença nesta região que não deve ser habitada, e que há uma questão muito maior que é a segurança hídrica. É necessário conscientizar todos, é necessário divulgar. É

necessário usar de estratégia para deixar claro que nenhuma organização criminosa pode querer vender lotes, sendo acessíveis ou não. Considerou ser uma luta por vezes inglória, devido ao efetivo ser reduzido para todos os órgãos citados anteriormente. Mencionou o sofrimento que é para as equipes da Postura, para o subprefeito local, devido às constantes ameaças, e por esse motivo deve haver o convite às outras secretarias dentro da municipalidade que puderem auxiliar, é demasiado necessário, por isso se chama “Operação Integrada”. Comentou que o abandono de área surte efeito, já que houve monitoramento e as áreas são regeneradas. Mostrou em sua apresentação numericamente, atividades além do apoio a OIDA - em que a Polícia Ambiental age como a preservação da flora e subliminarmente de fauna, combate ao tráfico de animais, monitoramentos como Brasil Mais, uso de drones, aeronaves - até por não terem efetivo suficiente em relação à demanda – e então sugeriu o estudo para que haja o uso de IA de alguma forma nas operações, fazer com que as imagens coletadas e trazidas sejam utilizadas com IA. Acrescentou que temos de nos apropriar das informações e atualizações em prol desse trabalho. Já que sofremos as mesmas questões e dentro desse contexto do combate às invasões, que cada vez mais os esforços surtam resultados. Comentou ainda que meta é que a operação do tipo “OIDA nível 2” aconteça cada vez menos, que os trabalhos realizados pelo advento da Atividade Delegada surtam efeitos em conjunto com os demais, E assim o foco fique na Ação de nível 1, que é preventiva. Comandante Pedro Alexander evidenciou seu desejo de que futuramente haja o apoio do Ministério público, como poder judiciário, não somente nas ações impetradas e já requeridas pelo Ministério, mas também apoiando, conhecendo e participando da OIDA. Sugeriu que haja esse convite e citou uma procuradora, “Karina Keiko”, que participava ativamente de operações. Finalizou mostrando fotos de simulações de habitação feita por parte dos invasores que colocam sofás, roupas, e outros itens para parecer que a construção está habitada, para evitar a vistoria. Mostrou mapas evidenciando mais de 30 pontos que a OIDA e seus apoiadores monitoram diariamente. Agradeceu e passou a palavra.

Coronel Washington - SECLIMA: Leu em nome do Secretário José Renato Nalini, uma carta de agradecimento à atuação do Comandante Pedro Alexander Barbosa.

Luciana Feldman – SECLIMA: Agradeceu e passou a palavra para Rubens Moraes do CREA;

Rubens Moraes – CREA: Agradeceu a oportunidade, parabenizou o Secretário Nalini e a todos os participantes da OIDA e iniciou sua apresentação:



Somos Crea-SP

O Crea-SP registra, habilita e fiscaliza o exercício e as atividades profissionais nas áreas da Engenharia, Agronomia e Geociências, além dos Tecnólogos dessas áreas e Designer Interiores

é do que você imagina

CONFEA | CREA-SP | motua

supfis@creasp.org.br

Atividades Técnicas no âmbito da OIDA

MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS

CONSTRUÇÃO CIVIL

SUPRESSÃO VEGETAL

PARCELAMENTO DE SOLO

ABERTURA DE RUAS

é do que você imagina

CONFEA | CREA-SP | motua

